

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2017

1-Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis á entidade.

2 - Identificação da entidade

Designação da entidade: FUNDAÇÃO CÓNEGO MANUEL JOAQUIM OCHOA

Nº. Contribuinte: 509.925.901

Cerejais

Natureza da actividade:

Actividade principal: CAE: 88101 Actividades de Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

3. - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. - Enquadramento

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade.

3.2. - Derrogações das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC

3.3. - Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os das demonstrações financeiras do exercício anterior.

4. Principais políticas contabilísticas (NCRF 4)

4.1. - Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

a) Activos fixos tangíveis: (NCRF 7)

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para uso, pelo método das quotas constantes, de uma forma consistente, período a período, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com revisões importantes são incluídos na quantia escriturada do activo sempre que se perspetive que este regime origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

b) Inventários (NCRF 18)

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio, FIFO.

c) Rédito (NCRF 20)

O rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, decorrente da actividade da Empresa, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos.

d) Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes (NCRF 21)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente, (legal ou construtiva), resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os gastos com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Entidade, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade, ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos obtidos pela Entidade.

e) Impostos sobre o rendimento do período (NCRF 25)

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

O imposto corrente sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A entidade, na qualidade de IPSS, beneficia de isenção definitiva.

f) Instrumentos financeiros (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

-Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

-Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

-Passivos financeiros e instrumentos de fundo próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de fundo próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção.

-Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e outros depósitos bancários, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

g) Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Regime de acréscimo

A fim de satisfazerem os seus objectivos, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo que os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

i) Subsídios do Governo (NCRF 22)

A Entidade reconhece os subsídios governamentais pelo seu valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

5. - Activos fixos tangíveis (NCRF 7)

5.1. - Divulgações gerais

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro

de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

6. - Réditos (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.
- O rédito dos trabalhos para a própria empresa é valorizado ao custo de produção, de acordo com a valorimetria usada na entidade (custo de aquisição/produção inclui mat.prima, mão de obra directa e gastos gerais de fabrico)

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

7. - Subsídios do Governo e apoios do Governo (NCRF 22)

7.1. - Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo

a) Os subsídios à exploração que se destinem a compensar a entidade por gastos realizados ou a complementar os seus rendimentos, são reconhecidos como rendimentos quando não existirem dúvidas sobre a sua atribuição.

b) Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

8 – Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

Políticas contabilísticas

8.1. – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de, instrumentos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

8.2. – Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) – Activos financeiros são mensurados ao custo.

b) – Instrumentos de fundo próprio mensurados ao custo

c) – Compromissos de empréstimo mensurados ao custo

d) – Passivos financeiros mensurados ao custo

e) – Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado e ii) a imparidade acumulada.

9. Acontecimentos após a data do balanço (NCRF 24)

9.1. - Autorização para emissão

a)- As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 25 de Março de 2018 pela Direcção da entidade.

b)- A Direcção tem o poder de, em Assembleia Geral, alterar as demonstrações financeiras após esta data.

9.2. - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

a)- As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 14 de Maio de 2018.

b)- Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Cerejais, 14 de Maio de 2018

P. José António de Almeida Godinho
Luís Pedro de Almeida Godinho
Dr. Alexandre Fernandes de Sousa
Luís Carlos Chaves Oliveira Quintela

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS
 DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	VALÊNCIAS			TOTAL
	LAR	A.DOM	C. DIA	
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados.....	297 230,39	46 241,98	4 616,15	348 088,52
Subsídios à exploraçã.....	138 848,45	156 279,90	3 985,56	299 113,91
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	(104 000,00)	(20 000,00)	(761,44)	(124 761,44)
Fornecimentos e serviços externos.....	(94 526,23)	(27 254,60)	(385,07)	(122 165,90)
Gastos com o pessoal.....	(251 474,54)	(162 884,57)	(6 659,58)	(421 018,69)
Outros Rendimetnos e ganhos.....	32 798,87			32 798,87
Outros gastos e perdas.....	(3 526,59)			(3 526,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de fin. e imp.	15 350,35	(7 617,29)	795,62	8 528,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	(18 741,50)	(1 158,50)	(1 714,40)	(21 614,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(3 391,15)	(8 775,79)	(918,78)	(13 085,72)
Juros e ganhos similares obtidos				0,00
Resultado antes de impostos	(3 391,15)	(8 775,79)	(918,78)	(13 085,72)
Imposto sobre o rendimento do período.....				
Resultado líquido do período				

O Conselho de Admini: O TOC 2928

P. José António de Almeida Pedroso
Rob Rodrigues
Alexandre Figueiredo de Oliveira
Luís Celeste Chaves Gonçalves Quintela

Carlos Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Método directo)

(Moeda: euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de utentes	5		343 930,20
Pagamentos a fornecedores	5		(282909,989
Pagamentos ao pessoal	5		(241339,509
Caixa gerada pelas operações			343 930,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos/pagamentos	5		198 350,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			542 280,62
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5		(24 723,00)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			(24 723,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			517 557,62
Caixa e seus equivalentes no início do período	5		424 963,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5		418 272,05

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Conselho de Administração,

P. José António de Almeida Godinho
Teófilo Roberto da Silva
Dr. Alexandre Figueiredo de Almeida
Luís Lopes de Chaves Correia Quintela

O TOC 2928

Luís Silva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados.....	348 088,52	341 604,05
Subsídios à exploração.....	299 113,91	312 924,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	(124 761,44)	(142 271,97)
Fornecimentos e serviços externos.....	(122 165,90)	(139 549,01)
Gastos com o pessoal.....	(421 018,69)	(365 831,86)
Provisões.....		
Outros rendimentos e ganhos.....	32 798,87	30 542,66
Outros gastos e perdas.....	(3 526,59)	(1 836,37)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 528,68	35 582,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	(21 614,40)	(25 197,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(13 085,72)	10 384,60
Juros e gastos similares obtidos.....		
Resultado antes de impostos	(13 085,72)	10 384,60
Imposto sobre o rendimento do período.....	0	0
Resultado líquido do período	(13 085,72)	10 384,60

O Conselho de Administração,

O TOC 2928

P. José António de Almeida Godinho
Abel Rodrigues da Mota
L. Alexandre Figueiredo de Oliveira
Luís Carlos Esteves Chaves
Osvaldo Quintela

Luís Godinho

FUNDAÇÃO CÓNEGO MANUEL JOAQUIM OCHOA

NIPC.: 509.925.901

CEREJAIS

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO de 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
ACTIVO		
Activo não corrente:		
Activos fixos tangíveis.....	667 006,81	686 101,96
Total Activo não corrente	667 006,81	686 101,96
Activo corrente:		
Inventários.....	24 325,62	16 325,62
Utentes.....	9 101,76	9 112,82
Diferimentos.....	12 591,31	4 152,52
Outras contas a receber.....	179 956,77	182 326,50
Caixa e depósitos bancários.....	376 917,37	418 272,05
Total Activo corrente	602 892,83	630 189,51
Total do Activo	1 269 899,64	1 316 291,47
FUNDOS PATRIMONIAIS		
Fundos Patrimoniais:		
Fundo Social.....	662 987,95	662 987,95
Resultados transitados.....	490 239,47	489 854,87
Subtotal	1 153 227,42	1 152 842,82
Resultado líquido do período.....	(13 085,72)	10 384,60
Total dos fundos patrimoniais	1 140 141,70	1 163 227,42
PASSIVO		
Passivo não corrente:		
Provisões.....	75 000,00	75 000,00
Total Passivo não Corrente	75 000,00	75 000,00
Passivo corrente:		
Fornecedores.....	17 326,90	12 622,40
Estado e outros entes públicos.....	18 173,44	13 584,83
Pessoal.....	19 257,60	19 291,29
Outras contas a pagar.....		32 565,53
Total Passivo Corrente	54 757,94	78 064,05
Total do passivo	129 757,94	153 064,05
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 269 899,64	1 316 291,47

O Conselho de Administração,

O TOC 2928

P. José António de Almeida Machado
Teó Rodrigues da Silva
L. Alexandre Figueiredo de Sá
Luís Celeste Chaves *Osvaldo Quintela*

Carla Silva



Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2017

Mensagem do Presidente da Direcção

Antes da apresentação de contas do ano de 2017, quero expressar o meu agradecimento a todos os colaboradores e órgãos sociais da Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa. A todos os colaboradores agradeço a forma como têm executado o seu trabalho com profissionalismo e dedicação, proporcionando aos nossos utentes serviços de grande qualidade.

Aos órgãos sociais, quero expressar o meu agradecimento no apoio e colaboração que me têm sido dados para que a gestão desta entidade decorra de forma harmoniosa dentro do espírito de colaboração em prol do engrandecimento da Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa .

O relatório de gestão e contas que apresentamos procura demonstrar com clareza, objectividade e transparência a actividade desenvolvida durante o período de 2016, bem como os resultados obtidos.

O ano de 2017, a exemplo dos anos anteriores, caracterizou-se pela instabilidade devido às condições macroeconómicas adversas que atingem a economia global com repercussões mais graves nas economias mais débeis, como é o caso do nosso país.

A instituição dedica-se a actividades de solidariedade social. Com a situação económica actual torna-se cada vez mais difícil prestar serviços de qualidade, as exigências são cada vez maiores e os recursos cada vez menores, contudo graças ao empenho de todos os colaboradores e órgãos sociais desta instituição, a Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa tem conseguido superar as dificuldades, continuando a prestar serviços de qualidade sem pôr em causa a situação financeira da instituição.

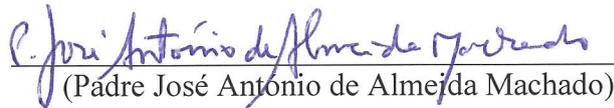
O resultado líquido do período diminuiu em 23.470,32 euros em relação ao período anterior, o resultado líquido foi negativo em 13.085,72 euros.

Para os próximos anos não se esperam facilidades, continuando a recessão e não se vislumbrando soluções animadoras.

Resta-nos continuar a boa gestão que tem sido feita até aqui, de maneira a que a instituição mantenha o seu equilíbrio financeiro nos próximos anos.

Termino esta mensagem convicto que foi sempre cumprida a nossa missão e que os objectivos propostos foram sempre alcançados. Estou certo que assim continuará a ser no futuro porque acredito que todos os que trabalham nesta e para esta instituição continuarão a demonstrar a mesma dedicação e profissionalismo de sempre. Estou confiante no apoio de todos para conduzir a Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa no rumo certo em prol do apoio e desenvolvimento social desta região.

Cerejais, 30 de Abril de 2018
O Presidente do Conselho de Administração


(Padre José António de Almeida Machado)

Introdução

Em conformidade com o que está preceituado nos estatutos, a Direcção da FUNDAÇÃO CÓNEGO MANUEL JOAQUIM OCHOA, submete à apreciação da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE GESTÃO referente ao exercício de 2017.

Missão

A Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa tem como missão a promoção e desenvolvimento de actividades sociais de bem estar, reinserção social, solidariedade social e apoio á terceira idade.

Objectivos

a)- Objectivos Estratégicos

O plano estratégico da Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa continua, como sempre foi, focalizado na componente social.

O apoio à terceira idade, o combate à exclusão social e reinserção dos mais carenciados na vida activa, estão na primeira linha de actuação desta instituição.

b)- Objectivos

A instituição tem como objectivo o cumprimento rigoroso da sua missão, colocando em primeiro lugar, e acima de quaisquer custos financeiros, o bem estar dos mais carenciados da sociedade.

Evolução da actividade

Mais que os resultados económico-financeiros importa realçar os resultados sociais, objectivo principal desta entidade.

É na prossecução e com a finalidade de melhores resultados sociais que a entidade delinea, planifica e implementa as suas estratégias em total sintonia com a sua missão para que os objectivos sejam alcançados.

Dispondo de instalações adequadas e funcionais, bem como de pessoal qualificado, estamos em condições de prestar os melhores serviços a todos os utentes, quer em termos físicos como sociais.

A melhoria permanente das instalações, a formação interna e contínua de todo o pessoal, o controlo, acções correctivas e monitorização do funcionamento geral, constituem o nosso sistema interno de controlo e gestão de qualidade, que a Direcção implementa, com o objectivo de manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados a todos os utentes.

A entidade tem promovido e desenvolvido acções de carácter sócio - cultural de forma a proporcionar aos mais idosos uma interacção social, no combate ao isolamento e à exclusão e potenciando a vivência social de forma lúdica e salutar.

Respostas Sociais

1) – Terceira Idade

1.1.) – Lar para idosos

A Entidade dispõe de instalações excelentes de localização e de segurança, bem como de pessoal qualificado, que prestam os melhores cuidados à terceira idade, em saúde, higiene e alimentação.

Esta valência tem capacidade para 40 utentes que aqui vivem e convivem num ambiente familiar e salutar.

O incentivo e estímulo à participação social entre os utentes é constante, como é permanente o apoio e a proximidade de profissionais que tratam e zelam pelo seu bem estar, minimizando os efeitos psicossociais do isolamento e solidão.

1.2.) – Serviço de Apoio Domiciliário

Infelizmente há pessoas que vivem em estado de isolamento total, e que por si só já não são capazes de realizar determinadas tarefas em suas próprias casas.

A Entidade dispõe do serviço de apoio domiciliário para colmatar estas condições. Dispõe de viaturas e de pessoal que diariamente visitam estas pessoas dando-lhes apoio em tarefas domésticas, de limpeza e higiene dos seus lares, bem como distribuindo refeições.

Estas visitas contribuem, não só para alimentar e tratar da higiene, como também proporcionam aos utentes algum conforto físico e sentimental, minimizando os efeitos nefastos do isolamento e solidão.

1.2.) - Centro de Dia

Esta valência tem capacidade para 5 utentes que aqui são alimentados e permanecem o tempo que quiserem em convívio e confraternização com os utentes do Lar. São pessoas carenciadas que apenas são alimentadas nesta valência, regressando depois aos seus lares.

5) – Utentes

O número médio de utentes em 2016 por resposta social consta do quadro seguinte:

Nº. Médio de utentes por valências	
Lar para idosos	40
Serviço de Apoio Domiciliário	57
Centro Dia	3
Soma.....	100

6) - Recursos humanos

Em 2017 a instituição teve em média 34 funcionários. Os gastos com o pessoal foram em 2017 no montante de 421.018,69 euros, representando 61% dos Gastos Operacionais, e 62% do total dos rendimentos. Em 2016 esses gastos foram de 365.831,86 euros.

7) - INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2017 a entidade efectuou um investimento total em activos no valor de 2.519,25 euros. O resumo do investimento por rubricas consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	VALOR
Obras de melhoramento em edificio	2.519,25
Total do Investimento	2.519,25

8) - Responsabilidade Social

A Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa é uma entidade essencial e necessária para toda a sociedade já que tem como actividade principal a solidariedade social.

- Promove o emprego necessário ao bom funcionamento da instituição, garantindo o sustento das famílias que dependem do rendimento auferido em troca do seu trabalho.
- De forma directa e indirecta contribui para o desenvolvimento do circuito económico de empresas privadas que transaccionam os seus bens e serviços com esta instituição.
- Contribui desta forma para minimizar os efeitos negativos das assimetrias regionais.

A FCO é uma entidade que deve ser olhada por toda sociedade como um “parceiro” que contribui para o desenvolvimento da região, não só em termos sociais como também no que se refere a parte económica.

9) – Análise Económico - Financeira

As receitas da FCO dependem das comparticipações do Estado e das mensalidades dos utentes.

Para melhor compreensão da actividade económico – financeira passamos a análise de todos os factores que contribuíram e influenciaram para obtenção dos resultados.

9.1 – O Balanço Patrimonial

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
ACTIVO		
Activo não corrente:		
Activos fixos tangíveis.....	667 006,81	686 101,96
Total Activo não corrente	667 006,81	686 101,96
Activo corrente:		
Inventários.....	24 325,62	16 325,62
Utentes.....	9 101,76	9 112,82
Diferimentos.....	12 591,31	4 152,52
Outras contas a receber.....	179 956,77	182 326,50
Caixa e depósitos bancários.....	376 917,37	418 272,05
Total Activo corrente	602 892,83	630 189,51
Total do Activo	1 269 899,64	1 316 291,47
FUNDOS PATRIMONIAIS		
Fundos Patrimoniais:		
Fundo Social.....	662 987,95	662 987,95
Resultados transitados.....	490 239,47	489 854,87
Subtotal	1 153 227,42	1 152 842,82
Resultado líquido do período.....	(13 085,72)	10 384,60
Total dos fundos patrimoniais	1 140 141,70	1 163 227,42
PASSIVO		
Passivo não corrente:		
Provisões.....	75 000,00	75 000,00
Total Passivo não Corrente	75 000,00	75 000,00
Passivo corrente:		
Fornecedores.....	17 326,90	12 622,40
Estado e outros entes públicos.....	18 173,44	13 584,83
Pessoal.....	19 257,60	19 291,29
Outras contas a pagar.....		32 565,53
Total Passivo Corrente	54 757,94	78 064,05
Total do passivo	129 757,94	153 064,05
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 269 899,64	1 316 291,47

O balanço é apresentado de forma comparativa evidenciando-se a variação face ao período anterior, quer em valores absolutos, como em termos relativos.

9.1.1 – Estrutura do Activo

Rubricas	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Activo				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	667 006,81	52,52%	686 101,96	52,12%
Total Activo não corrente	667 006,81	52,52%	686 101,96	52,12%
Activo corrente:				
Inventários	24 325,62	1,92%	16 325,62	1,24%
Utentes	9 101,76	0,72%	9 112,82	0,69%
Diferimentos	12 591,31	0,99%	4 152,52	0,32%
Outras contas a receber	179 956,77	14,17%	182 326,50	13,85%
Caixa e depósitos bancários	376 917,37	29,68%	418 272,05	31,78%
Total Activo corrente	602 892,83	47,48%	630 189,51	47,88%
Total do Activo	1 269 899,64	100,00%	1 316 291,47	100,00%

Em termos estruturais verifica-se que o activo fixo tangível líquido representa 52% do total do activo.

As dívidas de terceiros, no montante de 9.101,76 euros referem-se a dívidas de utentes a data de 31/12/2017. A rubrica de outras contas a receber inclui o montante de 180.000,00 euros respeitantes a duas contas bancárias da instituição, sobre as quais decorre actualmente um processo judicial.

9.1.2 – Estrutura dos Fundos Patrimoniais e do Passivo

Rubricas	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Patrimoniais				
Fundos Patrimoniais:				
Fundo Social	662 987,95	52,21%	662 987,95	50,37%
Resultados Transitados	490 239,47	38,60%	489 854,87	37,21%
Resultado líquido do período	-13 085,72	-1,03%	10 384,60	0,79%
Total do capital próprio	1 140 141,70	89,78%	1 163 227,42	88,37%
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões	75 000,00	5,91%	75 000,00	5,70%
Total passivo não corrente	75 000,00	5,91%	75 000,00	5,70%
Passivo corrente:				
Fornecedores	17 326,90	1,36%	12 622,40	0,96%
Estado e outros entes públicos	18 173,44	1,43%	13 584,83	1,03%
Pessoal	19 257,60	1,52%	19 291,29	1,47%
Outras contas a pagar	0,00	0,00%	32 565,53	2,47%
Total Passivo Corrente	54 757,94	4,31%	78 064,05	5,93%
Total do passivo	129 757,94	10,22%	153 064,05	11,63%
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 269 899,64	100,00%	1 316 291,47	100,00%

Os fundos próprios atingem o valor de 89% do activo, como também são superiores ao total do passivo o qual representa 10% do total do activo líquido.

O passivo não corrente no valor de 75.000,00 euros diz respeito a provisões constituídas, sobre as duas contas bancárias sobre as quais existe um processo judicial em curso, não se sabendo se o montante das contas vai ser recuperado, a direcção achou prudente criarem-se provisões.

As dívidas de curto prazo, no valor de 54.757,94 euros são compostas por dívidas a fornecedores no montante de 17.326,90 euros, à Administração Fiscal e Segurança Social na importância de 18.173,44 euros, referente a retenções na fonte de IRS e taxa social única, valores estes que são liquidados em Janeiro de 2018. O valor de 19.257,60 euros, é referente aos vencimentos do pessoal referentes ao mês de Dezembro de 2017, que são liquidados em Janeiro de 2018.

9.2. – Demonstração de Resultados

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados.....	348 088,52	341 604,05
Subsídios à exploração.....	299 113,91	312 924,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	(124 761,44)	(142 271,97)
Fornecimentos e serviços externos.....	(122 165,90)	(139 549,01)
Gastos com o pessoal.....	(421 018,69)	(365 831,86)
Provisões.....		
Outros rendimentos e ganhos.....	32 798,87	30 542,66
Outros gastos e perdas.....	(3 526,59)	(1 836,37)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 528,68	35 582,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	(21 614,40)	(25 197,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(13 085,72)	10 384,60
Juros e gastos similares obtidos.....		
Resultado antes de impostos	(13 085,72)	10 384,60
Imposto sobre o rendimento do período.....	0	0
Resultado líquido do período	(13 085,72)	10 384,60

9.2.1. – Estrutura de Rendimentos e Ganhos

RUBRICAS	2017	2016	VARIAÇÃO	%
RENDIMENTOS E GANHOS				
Vendas e Serviços Prestados	348 088,52	341 604,05	6 484,47	1,90%
Subsídios á Exploração	299 113,91	312 924,59	(13 810,68)	-4,41%
Outros Rendimentos e Ganhos	32 798,87	30 542,66	2 256,21	7,39%
Juros e ganhos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	100,00%
Total de Rendimentos e Ganhos	680 001,30	685 071,30	(5 070,00)	-0,74%

Analisando a estrutura de rendimentos e ganhos verifica-se uma diminuição de rendimentos face ao ano anterior de 0,74%.

A rubrica “prestações de serviços” refere-se às mensalidades de todos os utentes, bem como a todos os serviços de refeições que a instituição presta.

9.2.2. – Estrutura de Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS				
Custo das Matérias Consumidas	(124 761,44)	(142 271,97)	17 510,53	-12,31%
Fornecimentos e Serviços Externos	(122 165,90)	(139 549,01)	17 383,11	-12,46%
Gastos com Pessoal	(421 018,69)	(365 831,86)	(55 186,83)	15,09%
Provisões	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Outros Gastos e Perdas	(3 526,59)	(1 836,37)	(1 690,22)	92,04%
Gastos de Depreciação	(21 614,40)	(25 197,49)	3 583,09	-14,22%
Total de Gastos e Perdas	(693 087,02)	(674 686,70)	(18 400,32)	2,73%

O total de gastos do período foi superior em 2,73% em relação ao período anterior. Os gastos com pessoal registaram um aumento de 55.186,83 euros.

Todos os gastos foram imprescindíveis para o bom funcionamento da actividade operacional com total benefício para o utente.

10. - O Equilíbrio Financeiro

Indicadores Financeiros	2017	2016
Autonomia Financeira	0,90	0,88
Endividamento	0,10	0,12
Peso do endividamento	0,06	0,06
Solvabilidade	8,79	7,60
Debt to Equity Ratio	0,11	0,13
Liquidez Geral	11,01	8,07

A autonomia financeira mostra qual a percentagem do activo que se encontra a ser financiada por capitais próprios. Este indicador apresenta valores de 90% em 2017 e 88% em 2016. É um valor bem acima da média, demonstrando que a instituição tem uma grande autonomia financeira.

O rácio de solvabilidade regista a estabilidade financeira da entidade, em 2016 atinge o valor de 7,60 e 8,79 em 2017, demonstrando que a instituição goza de uma excelente estabilidade financeira.

O endividamento apresenta valores de 12% em 2016 e 10% em 2017. São valores pouco significativos na estrutura financeira da entidade.

A liquidez geral revela a capacidade da instituição fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, este indicador passou de 8,07 em 2016 para 11,01 em 2017.

Apesar do resultado líquido negativo em 2017, a instituição goza de um excelente equilíbrio financeiro, de realçar também que o resultado antes de depreciações e amortizações é positivo.

11. – Execução Orçamental

Apresentamos agora os mapas de execução orçamental, comparando o orçamento com o realizado e respectivos desvios.

Em termos globais verifica-se um desvio de 5,11% entre o previsto do total de rendimentos e o realizado.

No total de gastos e perdas verifica-se um desvio de 8,14%.

Em resumo, concluímos que os rendimentos realizados foram superiores aos previstos e que os gastos foram superiores aos previstos.

11.1. – Rendimentos e Ganhos:

RUBRICAS	ORÇAMENTO	REAL	DESVIO	
			VALOR	%
Vendas e Serviços Prestados	339 388,56	348 088,52	8 699,96	2,56%
Subsídios á Exploração	307 536,00	299 113,91	-8 422,09	-2,74%
Outros Rendimentos e Ganhos		32 798,87	32 798,87	100,00%
Juros e ganhos similares obtidos		0,00	0,00	100,00%
Total de Rendimentos e Ganhos	646 924,56	680 001,30	33 076,74	5,11%

As vendas e os serviços prestados registaram uma variação positiva de 5%, nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e juros e ganhos obtidos, não foram feitas quaisquer previsões, tratam-se de rendimentos de grande variação, sendo extremamente difícil de fazer a sua previsão.

11.2. – Gastos e Perdas:

GASTOS E PERDAS			0,00	
Custo das Matérias Consumidas	126 810,94	124 761,44	-2 049,50	-1,62%
Fornecimentos e Serviços Externos	130 623,91	122 165,90	-8 458,01	-6,48%
Gastos com Pessoal	357 296,06	421 018,69	63 722,63	17,83%
Outros Gastos e Perdas		3 526,59	3 526,59	100,00%
Gastos de Depreciação	26 200,87	21 614,40	-4 586,47	-17,51%
Total de Gastos e Perdas	640 931,78	693 087,02	52 155,24	8,14%

O total de gastos registou uma variação desfavorável de 8,14%.

11.3 - Fornecimentos e Serviços externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ORÇAMENTO	REAL	DESVIO
SERVIÇOS ESPECIALZIADOS	22 047,99	22 843,23	795,24
Trabalhos Especializados	5 754,23	2 731,55	-3 022,68
Honorários	6 408,00	7 241,50	833,50
Conservação e Reparação	8 184,94	11 815,61	3 630,67
Serviços Bancários	1 526,30	931,77	-594,53
Outros Serviços Especializados	174,52	122,80	-51,72
MATERIAIS	20 801,04	7 429,69	-13 371,35
Ferramentas e Utensílios	4 326,56	2 117,01	-2 209,55
Material de Escritório	3 423,12	1 945,39	-1 477,73
Outros Materiais (Cozinha, sala, decoração, etc.)	13 051,36	3 367,29	-9 684,07
ENERGIA E FLUIDOS	67 985,50	65 256,87	-2 728,63
Electricidade	19 249,44	21 210,67	1 961,23
Combustíveis	9 438,15	9 125,33	-312,82
Água	8 243,33	9 721,67	1 478,34
Outros (Gás e Gasóleo Aquecimento)	31 054,58	25 199,20	-5 855,38
Deslocações, estadas e transportes	340,00	785,08	445,08
Transporte de Utentes	340,00	785,08	445,08
SERVIÇOS DIVERSOS	19 449,38	25 851,03	6 401,65
Comunicação	1 616,38	1 608,09	-8,29
Seguros	1 219,32	3 216,16	1 996,84
Outros Serviços	2 719,56	2 466,71	-252,85
Limpeza, higiene e conforto	13 894,12	18 560,07	4 665,95
TOTAL DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	130 623,91	122 165,90	-8 458,01

No quadro acima, podemos analisar os desvios dor fornecimentos e serviços externos rubrica a rubrica, sendo que o desvio total foi favorável em 8.458,01 euros.

12)- Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A instituição não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

13) – Proposta de aplicação de resultados

A Direcção, propõe que o resultado liquido do exercício de 2017, no valor de - 13.085,72 euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....-13.085,72 euros

14) – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

15) – Evolução previsível da actividade

A direcção considera que os resultados obtidos pela instituição reforçam a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível social.

A sustentabilidade económico - financeira continua a merecer a nossa maior atenção através de uma rigorosa gestão dos recursos ao dispor da instituição, mas nunca de forma a pôr em causa as condições de vida dos utentes.

Considera-se que a Instituição está bem apetrechada em equipamento, dispondo de instalações adequadas e funcionais, e dotada de recursos humanos qualificados que prestam o melhor serviço a todos utentes.

O contributo para uma vida condigna dos mais carenciados e desfavorecidos é, e será sempre a nossa estratégia de acção, com objectivos sempre alcançados que superam quaisquer resultados económicos, por mais positivos que eles sejam.

O resultado social é o nosso objectivo principal, que tem sido sempre alcançado, facto de que nos orgulhamos e nos regozijamos. É com esta finalidade que continuaremos a dar o nosso contributo com empenho, zelo e dedicação.

NOTA FINAL

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram com profissionalismo e dedicação para o bom desempenho da instituição, a Direcção deseja expressar o seu agradecimento.

Cerejais, 30 de Abril de 2018
O Conselho de Administração,

